

LIVROS E REVISTAS

CELSE FURTADO. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, 1962.

O novo livro do Sr. CELSO FURTADO vem à luz em momento sumamente propício. Em primeiro lugar, porque estamos numa fase em que muito se fala de revolução e em que, portanto, a opinião de um especialista é sempre bem-vinda. Em segundo lugar, porque o autor recebeu recentemente a incumbência de dirigir o planejamento do país, o que torna de grande interesse sua opinião sobre as nossas dificuldades presentes.

A *Pré-Revolução Brasileira* é um livro de cem páginas e inspirado, segundo informa o autor, em palestras e conferências feitas para estudantes universitários. Dado, contudo, o interesse dos temas abordados, merece cuidadosa revisão. Para tanto, dividiremos nossa exposição em três partes: tema central, posições doutrinárias e teses teóricas.

Tema Central — Como deflui de seu título, o tema básico do livro é o suposto estado pré-revolucionário em que se acha o país. Procura responder à seguinte pergunta: é verdade que o nosso desenvolvimento nos levou a um *impasse* que só poderá ser desfeito

mediante uma revolução de esquerda?

Em sua resposta, o Sr. CELSO FURTADO estabelece a premissa de que a finalidade básica do atual processo dinâmico deve ser o *desenvolvimento e a liberdade*. Distingue entre sociedades *abertas* e sociedades *fechadas*. As primeiras são aquelas em que todas as classes participam ampla e livremente nas vantagens do progresso material. As fechadas se definem pela situação oposta. Segundo o autor, as sociedades abertas são perfeitamente capazes de se desenvolverem dentro de um modelo ocidental, ou seja, com predomínio da iniciativa privada e manutenção das normas democráticas. Nas sociedades fechadas, todavia, o desenvolvimento só poderá ser feito dentro da técnica marxista-leninista, ou seja, deverá ser precedido de uma revolução que implante a ditadura do proletariado por tempo indefinido.

No Brasil, encontramos uma situação de dualidade: temos, no campo, uma sociedade fechada e, na zona urbana, uma sociedade aberta. Em verdade, segundo o autor, apenas os grupos urbanos têm participado nos ganhos do rápido

desenvolvimento do país. Como conseqüência disso, os trabalhadores do campo são especialmente suscetíveis à agitação e demagogia revolucionária. Baseado nessa análise, afirma que a consecução do objetivo — desenvolvimento e liberdade — reclama uma "abertura" do nosso meio rural, mediante profunda modificação da atual estrutura agrária.

Conclui dizendo que o Brasil apenas evoluirá para uma situação verdadeiramente revolucionária se ocorrerem duas circunstâncias: a) recusa de uma revisão da estrutura agrária; b) implantação de uma ditadura de direita, que levará a uma reação revolucionária das esquerdas.

Em outras palavras, a revolução só ocorrerá se persistirmos em desejar uma sociedade fechada. A ditadura de direita, na visão do autor, teria por objetivo justamente alargar e consolidar êsse fechamento.

Que dizer dessa análise do Sr. CELSO FURTADO? Em primeiro lugar, que constitui um estudo sereno e objetivo. O autor não se preocupa em tomar posições: sua preferência declarada é, sem dúvida, pelo desenvolvimento com preservação do regime democrático. Na hipótese do fracasso dessa fórmula, julga, porém, inevitável uma revolução de esquerda. Com isso não exprime um desejo, mas constata uma tendência inelutável. Essa conclusão do Sr. CELSO FURTADO tem inegavelmente sólida base no que se vem observando em escala mundial. De fato, o comunismo constitui séria ameaça menos em países de capitalismo maduro do que em zonas subde-

envolvidas, em que a iniciativa privada não se vem desincumbindo, satisfatoriamente, de suas responsabilidades. Todem estas ser definidas como a promoção do desenvolvimento com justa participação de tôdas as classes nos seus frutos.

No caso do Brasil, o autor se revela bastante otimista. Feitas as contas, o desenvolvimento, dentro de um quadro democrático, estará garantido mediante uma reforma agrária em profundidade. Poder-se-ia, sem dúvida, discutir se a inquietação social na agricultura apresenta raízes tão profundas quanto êle supõe. Tal não é, certamente, o caso na zona mais desenvolvida do país. Quem diz, porém, que o fenômeno nordestino, no qual aparentemente se inspira o autor, não é, de fato, o mais importante?

De nossa parte, não acreditamos na possibilidade de uma ditadura de direita nem no sucesso de uma revolução de esquerda. Assinale-se, todavia, que o autor, ao se referir a êsses casos, está raciocinando dentro de um modelo teórico e sua tese implícita é de que a repressão da direita provoca a gradativa mobilização, fortalecimento e radicalização das esquerdas. O fim lógico dêsse processo seria a inversão do esquema de forças. Esse mecanismo nos parece fundamentalmente correto e ajuda a compreender o risco de certas manifestações de *macarthysmo* observadas no Brasil. Enquanto mantivermos o clima atual de rápido desenvolvimento, dificilmente poderão ganhar raízes mais profundas as agitações de esquerda. Por que, então, fortalecer essas

correntes através de desarrazoada repressão?

Posições Doutrinárias — Outro aspecto de singular interesse no livro do Sr. CELSO FURTADO está em que permite dissipar, de uma vez por toda, dúvidas sobre sua posição doutrinária. Não é segredo que certos meios conservadores do país se preocupam extraordinariamente com o “esquerdismo” do atual Ministro do Planejamento. Não vamos tentar propriamente definir a coloração política do autor, nem isso nos parece de especial interesse. Mostraremos, apenas, que suas posições são estritamente objetivas e isentas de qualquer doutrinário.

Quem se deu ao trabalho de ler o seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* poderia antever as linhas fundamentais do pensamento expresso na *Pré-Revolução Brasileira*. Encontramos naquele livro uma análise crítica, contundente, do marxismo, na linha já explorada por JOAN ROBINSON em sua *Marxian Economics*. Essa crítica não impede inclusive que o autor, como a professora inglesa, se considere marxista. Tratar-se-ia, porém, nesse caso, de uma posição científica e não doutrinária: seria marxista como outros são keynesianos. Não estaria, necessariamente, mais garantido contra o “paredão” marxista-leninista do que qualquer economista ortodoxo. É, porém, no último livro que sua posição se delinha com maior clareza. Citaremos, ao acaso, algumas de suas assertivas. Ao analisar o desenvolvimento da Rússia, reconhece a característica exata dos métodos adotados. “Com efeito: é fato mais

ou menos evidente que o rápido desenvolvimento material da União Soviética, até há pouco país subdesenvolvido, se baseou, parcialmente, em métodos anti-humanos. As apropriações dos excedentes agrícolas, destinadas a financiar o desenvolvimento industrial, foram feitas *manu militari*, mediante colonização compulsiva e repressão violenta de toda resistência” (página 21).

Sua posição relativamente à comunização da Europa Oriental e a supressão, nessa zona, das liberdades democráticas não deixa margens a qualquer dúvida: “Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Dêste ponto-de-vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexa, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político. A experiência histórica tem indicado que, quando assim ocorre — caso de alguns países da Europa Central —, o socialismo, como forma de humanismo, se perverte” (pág. 27).

Com referência ao mecanismo do desenvolvimento econômico, vamos encontrar o Sr. CELSO FURTADO reconhecendo os papéis que cabem à iniciativa privada e ao capital estrangeiro. Referindo-se ao Nordeste, considera que a atuação da SUDENE se singulariza por “haver continuado a ação direta do Governo com a administração das múltiplas formas de incentivo da iniciativa privada” (pág. 61). Essa fórmula é aproximadamente a recomendada mesmo pelos economis-

tas mais cientes do papel central da iniciativa privada.

Quanto ao capital estrangeiro, após analisar as críticas que lhe são feitas diz: "Ora, mesmo que se reconheça uma grande dose de verdade nessas afirmações, não se pode daí deduzir que este país possa desenvolver-se sem contribuição — em alguns casos, ampla contribuição — do capital estrangeiro" (pág. 86).

Essas posições do autor só poderão ser plenamente valoradas no contexto em que foram tomadas: atravessava o país fase de sérias inquietações com o fortalecimento das posições extremistas. Dentre os mais afetados pelo clima de agitação distinguiram-se os círculos estudantis. Ora, o autor coloca-se contra a corrente com a autoridade que lhe conferia seu cargo à frente de eficiente órgão de desenvolvimento e, porque não o dizer, o seu real ou suposto esquerdismo. Agiu, assim, dentro da linha por ele mesmo traçada: "É dever do economista, particularmente daquele que atua no plano da política econômica, encarar a realidade desarmado de preconceitos doutrinários, diagnosticar essa realidade através do pensamento reflexivo e não do raciocínio intencional". A nosso ver, foi plenamente bem sucedido e só nos resta desejar que suas palavras tenham encontrado ampla receptividade nos meios estudantis a que se dirigiam.

Algumas posições teóricas e metodológicas --- Apesar de tudo o que dissemos em favor do livro nos dois capítulos anteriores, há algumas teses teóricas e metodológicas que não poderíamos subscrever sem restrições. Para sermos

justos, será necessário dizer que, dadas as características e dimensões da obra, não se poderia exigir do autor o aprofundamento das teses sustentadas. Isso não é, contudo, motivo para deixarmos de expressar nosso desacôrdo em relação a pontos específicos.

A parte do livro que agora passamos a discutir gira em torno do problema do desajustamento dos aparelhos de análises existentes em relação às necessidades dos países subdesenvolvidos. Atualmente, quando se toca no assunto ocorre a discussão da política de estabilização que o Fundo Monetário Internacional, com o zelo de um cruzado, tenta impor aos países subdesenvolvidos do mundo. Ninguém nega a validade dessa política para países de economia madura. Sua aplicação ao Chile, todavia, além de reduzir a inflação, parece ter reduzido ao mesmo tempo o desenvolvimento. O Sr. CELSO FURTADO, referindo-se ao uso do mesmo medicamento na Argentina, diz que o seu preço é estagnação e desemprego. Na Argentina, dadas as características especiais daquele país, há uma possibilidade de justificação da política adotada. Rejeita, porém, quaisquer medida desse tipo para o Brasil. Concordamos inteiramente com essa tese. Quando, todavia, o autor tenta, nas páginas 82 e 83, justificar sua posição, explicando a diferença entre desenvolvidos e subdesenvolvidos em termos de pleno emprego e capacidade, seu raciocínio é pouco convincente. Retomemos, porém, suas premissas.

Ao analisar o problema da objetividade do economista, afirma:

“Para o economista objetividade consiste justamente em compreender que o fenômeno econômico não pode ser captado fora do seu contexto e que para situá-lo nesse contexto são necessários juízos de valor que pressupõem a aceitação de princípios” (pág. 81). Fundado nesse conceito é que vai atacar o F.M.I. Seus economistas não levam em conta nossos “juízos de valor básicos”. Não percebem que “a estabilidade poderia ter um custo social mais alto que a própria inflação”.

Pôsto que aceitemos a tese a ser provada, isto é, da inaplicabilidade ao Brasil da política monetária do F.M.I., não acreditamos que o autor tenha sido bem sucedido em refutá-la. A nosso ver, a refutação é simples: o F.M.I. aplica aos subdesenvolvidos um modelo de crescimento válido para os países de economia avançada onde o fator limitativo essencial é a mão-de obra. Na verdade, os países atrasados se caracterizam por ter o capital como fator limitativo. Essa simples mudança de pressuposto inutiliza todo o raciocínio ortodoxo (ou seja, o do F.M.I.) sem ser necessário se introduzir a peculiaridade de nossos “juízos de valor”. Não negamos que estes, em outro plano de abstração, sejam significativos. Assim, a inflação no Brasil tende a persistir porque nossos “juízos de valor” nos levam a preferir emissões a aumentos de impostos e a inflação ao equilíbrio típico das economias estagnadas. Apesar disso, a primeira parte das posições do Fundo devem ser contrariadas ao nível de abstração em que fo-

ram colocadas. De outra forma o diálogo será impossível.

A deficiência da análise do autor é explicada indiretamente, por ele mesmo. Reconhece que há necessidade de reformular a teoria econômica existente em função da realidade dos países subdesenvolvidos. Combate a tendência de transformar essas teorias em “doutrinas”, ou seja, fórmulas de aplicação geral no tempo e no espaço. Reconhece que entre nós ainda não há um trabalho econômico de natureza científica, mostra que seria de grande conveniência para o nosso desenvolvimento que se tentasse, seriamente, algo para eliminar essa deficiência. Em suma, o autor reconhece, implicitamente, que não dispõe de um aparelho de análise acabado capaz de opor ao F.M.I.

Novamente aqui desejamos expressar nosso pleno acôrdo com o Sr. CELSO FURTADO: uma das mais urgentes necessidades do Brasil é proporcionar meios satisfatórios de trabalho aos que têm vocação e capacidade para a criação dos aparelhos de análise de que necessitamos urgentemente. Nossa divergência aqui se limita a dois pontos. Primeiro: a melhor forma de, no ensino da economia, suprir nossa deficiência em aparelhos de análise próprios não nos parece ser, conforme sugere o autor, o aprofundamento do estudo das técnicas de programação. Estas, em verdade, são empregadas em função de interpretações oriundas dos aparelhos de análise disponíveis. Assim, um “programador” de nível internacional, encarregado de enfrentar o problema brasileiro da inflação e desequilí-

brio cambial, ainda tenderia a agir segundo as indicações de aparelhos de análise ortodoxos, na falta de outros em que se inspire. A nosso ver se deveria, no que se refere à preparação de economistas, dar uma excelente formação teórica ao jovem estudante com um aprofundado conhecimento da realidade nacional. Feito isso, restaria apenas rezar para que compreendesse a inadequação ao caso brasileiro dos pressupostos que regem os atuais aparelhos de análise, e esperar que tenha imaginação suficiente para fazer as correções mínimas indispensáveis. Aceitamos a importância das técnicas de programação no aprendizado do jovem economista, não, porém, pelas razões alegadas.

A segunda discordância é a seguinte: o autor alega que criticamos a política de estabilização do F.M.I. mas "não estamos em condições de formular uma alternativa que corresponda às autênticas necessidades do desenvolvimento". Esse pessimismo reflete as dificuldades da Comissão Econômica para a América Latina em propor uma alternativa para a formulação do Fundo. Lançou a teoria estruturalista que muito longe está de constituir um aparelho de análise bem definido. Assimilamos, porém, que a êsse respeito *Desenvolvimento & Conjuntura* obteve avanços bem mais substanciais, chegando mesmo a formular uma política alternativa conforme sugere o autor. João Paulo de Almeida Magalhães.

VÁRIOS AUTORES. *Freedom and Serfdom - An Anthology of Western Thought*. Coordenação

de Albert Hunold. D. Reidel Publishing Co Dordrecht, Holanda, 1961.

O problema da liberdade é, sem dúvida, um dos mais graves problemas com que se encontra o mundo contemporâneo. O crepúsculo do puro liberalismo econômico e o avanço violento do intervencionismo estatal colocam o homem de hoje ante um tremendo dilema que se traduz no slogan simplista do "pão ou liberdade", réplica, no terreno da economia, daquele outro, não menos trágico, do "canhões ou manteiga", que se pôs, antes da última guerra, nos domínios da luta pelo poder, no cenário internacional.

Enquanto muitas vezes os políticos, dentro de um empirismo que se contenta com as soluções imediatistas, deixam a questão num confuso subconsciente, preocupam-se os pensadores em esclarecê-lo, em afastar dele os elementos secundários que o obscurecem, em procurar-lhe uma solução que salve a liberdade (uma liberdade que o seja de fato, e não apenas uma afirmação demagógica para enganar as massas mal informadas) e que, ao mesmo tempo, garanta ao homem aquela quantidade indispensável do pão sem a qual só lhe restaria a estranha liberdade de ser escravo.

Freedom and Serfdom reúne uma série de trabalhos de escritores europeus e americanos que, em torno ao Instituto Suíço de Estudos Internacionais, procuram estabelecer, no terreno das idéias, "uma fundamentação sólida do nosso modo de vida ocidental" (*western way of life*) ameaçado

pelo "nôvo Islã" do totalitarismo de para-lá-da-cortina-de-ferro.

Depois de um curto prefácio de ALBERT HUNOLD, CARLO ANTONI, o conhecido discípulo de BENEDETTO CROCE, afirma, à luz da filosofia croceana por ele interpretada, a "indivisibilidade da liberdade" (a liberdade, una e indivisível, como a república de 1789); mas compreende essa liberdade como *coexistindo* com certa forma de intervencionismo que age seja para "remover os obstáculos que a própria ação do Estado cria", seja para "controlar as chamadas *forças naturais* que impedem a eficiência integral da livre concorrência".

Em seguida HANS BARTH, o filósofo político de *Der philosophische Gedanken in der Politik*, denuncia o que ele chama "a religião do totalitarismo, nascida, de certo modo, para preencher o vácuo formado em grandes áreas do pensamento ocidental moderno das quais se expulsara o ideal cristão e que apela para "a possibilidade de elevar o finito na natureza e na história a um *status* e a uma dignidade de absoluto, assumindo uma autoridade que, até então, a religião só atribuía a Deus".

HANS KOHN, antigo professor da Universidade de Praga, expatriado e "absorvido" nos Estados Unidos, nega a profecia spengleriana da "decadência do Ocidente" e procura mostrar que o que há de nôvo na história "política" da humanidade é exatamente a idéia de liberdade, enquanto que o totalitarismo, comunista ou fascista, representa um retrocesso a "antigas e de muitos modos primitivas formas de sociedade huma-

na". Dessa consideração conclui KOHN que a concepção ocidental de sociedade e do Estado é que prevalecerá no nôvo mundo que se está elaborando, e que a crença na decadência do Ocidente, que foi "o erro fatal dos alemães e dos japoneses" na primeira metade do século, "será igualmente trágica para os russos e os chineses" se com ela se quiserem iludir.

Para WILHELM KÖPKE, o perigo que corre "o Ocidente livre" está naquela "paralisante incerteza e confusão do espírito" que resulta de não verem muitos dos seus pensadores políticos "uma diferença bastante grande entre o mundo livre e o comunismo que justifique uma resistência miúda e firme" contra a propaganda marxista. Aponta, então, como um "pecado" nacional, o "pacifismo unilateral" daqueles que não opõem às ameaças do totalitarismo comunista senão a atitude ingênua "do cordeiro da fábula". Nega a afirmação, inconscientemente materialista, dos que vêem numa "elevação progressiva do nível de vida das massas" a melhor "imunização moral" contra o vírus comunista, porque, diz ele, se essa elevação é um objetivo pelo qual devemos todos combater, não bastará êle para defender o mundo contra o marxismo. O mundo, "se não estiver preparado para sacrificar alguns dos mais ambicionados confortos materiais para salvaguardar os valores mais altos da vida, estará desde já condenado". Contra êsse (como êle o chama, num curioso neologismo) *standard-of-life ism* (nível-de-vidismo), cita a regra dos evangelhos

segundo a qual nem só de pão vive o homem, "mas de toda palavra que vem de Deus". E conclui que, se é indispensável estender o regime da justiça social e da segurança social, é preciso não confundir essa justiça e essa segurança com o fortalecimento de um "estado paternalista" (*welfare state*), fornecendo às massas os bens de que precisa, mas simultaneamente incentivando "o ódio, a inveja, o ciúme, a luta de classes, os ressentimentos e o descontentamento incessante que teriam como inevitável resultado fazer cair o mundo, qual fruto maduro, nos braços do comunismo".

Depois de dois estudos sobre as relações mútuas da América (e a América é aqui, como quase sempre, os Estados Unidos) e a Europa, um de DAVID McCORD WRIGHT, outro de RUSSELL KIRK, discute F. A. HAYEK, com sutil ironia, o sentido da palavra "social" e, declarando embora a sua alergia "pelo novo esporte da semântica", procura mostrar como é impressionantemente vago e impreciso o termo que muita gente toma como uma espécie de *guiding star*, quase como uma forma de religião; e conclui que, muitas vezes, o conceito de *social* sofre radical metamorfose, significando, ao invés de "serviço à sociedade, a exigência de um controle absoluto da sociedade"; ao invés da "subordinação do Estado às forças" (e às necessidades e direitos) "da sociedade, a exigência de uma subordinação da sociedade ao Estado".

Em seguida, num longo estudo, o mais longo do livro ("*Self appraisal in the present age*"),

THEODOR LITT examina aquilo que ele considera uma das características do homem moderno: a sua "tomada de consciência" que muitas vezes "degenera num estímulo à própria e farisaica satisfação consigo mesmo", apreciando, de passagem, a questão da racionalização na ciência e na técnica e o mito do progresso.

MICHAEL DAKESHOTT, estudando "*the masses in representative democracy*", detém-se na descrição do "homem das massas" (*the mass man*), "gigantes pelo seu número, por uns considerado como um galanhoto que transforma em deserto um jardim outrora fértil, por alguns admirado como o fausto de uma nova e mais gloriosa civilização". Mostra como esse "homem" teve como origem um movimento iniciado naquela época "que põe o observador perplexo", "os séculos XIII e XIV", dos quais nenhum historiador pode saber se constituem de fato "uma conclusão ou um prefácio". Formou-se, então, sobretudo nas comunidades italianas, o "*uomo singolare*" que podia ser o "*libertino*" ou o "*dilettante*" mas que, parece-nos, podia degenerar no "*condottiere*". Pouco a pouco, quando esse "homem só" se via frustrado, nele se foi criando, por oposição, uma mentalidade gregária de "anti-indivíduos", buscando no grupo uma compensação para o seu decepcionado individualismo.

ALEXANDER RÜSTOW opõe uma "política orgânica" (*Vitalpolitik*) à "arregimentação das massas"; e define essa política como "tendo, certamente, objetivos sociais mas não se limitando ao aspecto puramente material e estatístico de es-

ralas de salários e horas de trabalho", vendo como um dos elementos importantes do seu programa "o princípio da subsidiaridade" incluídos nas encíclicas sociais e que a "*Quadragesimo Anno*" tão bem explicita.

HANNAH ARENDT, conhecida pela sua grande edição de KAFKA e pelo seu livro sobre *As origens do totalitarismo*, mostra a relação, a seu ver inevitável, entre "a liberdade e a política", embora o espetáculo "das fórmulas totalitárias do despotismo" nos tenha mostrado que "nada pode melhor banir completamente a liberdade do que a subordinação das nossas vidas à esfera do político". E interpretando a fórmula conhecida de MONTESQUIEU, segundo a qual "a liberdade consiste em poder fazer o que se deve querer fazer", acha que a ênfase deve ser posta não no "poder" mas no "fazer", o que mostra bem o engano daqueles que confundem a liberdade com o simples *direito* da escolha sem a *capacidade* de poder realizar o que se escolhe.

WERNER KÄGI, em seguida, estuda "o federalismo e a liberdade", noções que considera em política praticamente indivisíveis. É verdade que dá à idéia federal uma compreensão mais vasta, definindo-a como uma "multiplicidade na unidade", como uma "ordem baseada na autonomia das comunidades menores", o que se assemelha, de certo modo, ao princípio de subsidiaridade de Pio XI.

Estudando "o intelectualismo e a incapacidade de ação política", HELMUT SCHÖCK critica violentamente aqueles intelectuais que de um lado buscam a arregimentação

planejadora ("como conseguiremos seja o que for se temos medo do planejamento responsável?" — perguntava recentemente BARBARA WARD) e que de outro lado se lamentou porque "o Ocidente nada tem que se compare à unanimidade, à rígida disciplina, ao realismo" da Rússia (o que é, segundo SCHÖCK, um bom exemplo do complexo de inferioridade desses ocidentais pessimistas).

No último "ensaio" de *Freedom and Serfdom*, ERIC VOEGELIN trata da "*readiness to rational discussion*"; e compara o objetivo de STUART MILL que, no seu célebre *On liberty*, publicado há um século, examinava a liberdade de discussão com o problema que lhe parece hoje mais importante e que se refere à *aptidão* para discutir.

Como se vê, o livro aborda toda uma gama de assuntos, mais ou menos ligados à idéia da liberdade e à idéia da escravidão. Não serão todos os capítulos de igual valor; alguns autores, obsecados talvez pelo *mais próximo*, no tempo ou espaço, perdem um pouco a visão global de um problema que só pode ser pôsto em conjunto. De qualquer modo o livro, parece-nos, merece ser lido e meditado. — P. S.

HENRI SIMONET. *La formation du capital dans les pays sous-développés et l'assistance financière étrangère*. Institut de Sociologie Solvay, Bruxelas, 1959.

Uma das características do mundo econômico moderno é, sem dúvida, a importância que nele vem tomando a consideração das cha-

malas nações “subdesenvolvidas”. Haverá, talvez, no fato um pouco daquele sentimento egoísta que se traduz num complexo de superioridade.

Como observou maliciosamente LA FONTAINE, “*un sot trouve toujours un plus sot qui l'admire*”. Pode-se também observar, com igual justiça, que “mesmo um fraco se auto-admira ao encontrar um mais fraco do que ele”.

Há, assim, alguma coisa dessa complacência no interesse pelos países subdesenvolvidos. A própria classificação já apresenta certo aspecto pejorativo. De tal modo que, para classificá-los, se vem procurando ultimamente usar antes a expressão “menos desenvolvidos” (*less developed*), ou, melhor ainda, “em vias de desenvolvimento”.

De qualquer modo, não se pode negar que, ao lado de motivos menos nobres, outros também influem no caso. SIMONET, no trabalho que estamos considerando, admite entre outras influências: as de ordem moral (que num sentimento de solidariedade humana levam a procurar um mais alto “padrão de vida” para os povos subdesenvolvidos); as de ordem política (causadas, de um lado, pelo aparecimento do que ele chama “hinômio eurasiático: URSS-China comunista” e, de outro, pelo advento do bloco afro-asiático, das antigas colônias que “aspiram ferozmente a obtenção de um estatuto do Estado moderno”); as de ordem econômica (seja pela necessidade de criar novos mercados, seja pelo temor de que escasseiem as fontes de matérias-primas).

Todos êsses fatores levam ao programa de estimular o desenvol-

vimento dos países que ainda não se desenvolveram suficientemente; e SIMONET procura estabelecer o papel que, no processo, representou a formação do capital indígena e a assistência financeira dos mercados externos de dinheiro e de equipamentos. Definindo o capital de um país como sendo “o conjunto de bens suscetíveis de servir para a produção de outros bens” (o que, de certo modo, o identifica com os conjuntos dos *bens de produção*), considera as três fases que levam à sua formação: a poupança, o financiamento (por meio de recursos externos) e o investimento (por meio dos próprios lucros). Examina em seguida as relações entre o desenvolvimento e a industrialização, citando a propósito as teorias de MANOILESCO, de PREBISCH e de SINGER. Reproduz, então, uma estatística de índices de preços de matérias-primas comparados aos índices de preços industriais (entre 1870 e 1950); dêles os partidários de PREBISCH e SINGER concluem que os preços industriais crescem mais rapidamente do que os das matérias-primas e que, por conseguinte, o desenvolvimento industrial enriquece mais as nações do que o da agricultura. As estatísticas, porém, mesmo que se acredite na sua fidelidade (e só os estatisticamente ingênuos é que creem em quaisquer números que lhes apresentem, sobretudo quando se lhes juntam referências a fontes que muitas vezes não o são), mesmo que nelas se possa confiar, são suscetíveis de diversas interpretações: e nem sempre é fácil escolher entre elas. Aquela reproduzida por SIMONET pretende mostrar

LIVROS E REVISTAS

que, tomando como 100 os valores de 1913, os índices dos preços industriais cresceram de 106 a 122 entre 1870 e 1950, ou seja, mais de 15%, ao passo que, no mesmo período, os de matérias-primas passaram apenas de 118 a 124 (ou menos de 5%).

Ora, se isso está na estatística, nela também se vê que de 1913 a 1950 os preços industriais aumentaram 22% e os de matéria-prima 24%: o que levaria — num período de intensa industrialização — a uma conseqüência exatamente contrária às teses prebischianas. Note-se, além disso, que — e aqui a observação é do próprio SIMONET — enquanto a qualidade de matérias-primas pouco terá variado, a dos produtos industriais evidentemente melhorou, justificando por si só preços mais altos.

Apesar da propaganda intensiva dos “industrializadores” (às vezes são apenas alguns “industriais” interessados em obter favores para as suas emprêças), o que parece, como diz SIMONET, é que se “deve evitar a confusão entre desenvolvimento econômico e industrialização”, e que, em alguns países “essencialmente agrícolas”, o nível de vida é baixo porque “a produtividade é fraca na agricultura”. (Quando essa produtividade é alta, como nos Estados agrícolas do *middle west* norte-americano, o *standard of life* é dos melhores do mundo.)

Estuda depois SIMONET o problema de investimentos; e transcreve dados interessantes sobre os “coeficientes de capital” em vários setores de atividade e em vários países, mostrando que êsse coeficiente (que representa o número *n*

de capital que é preciso investir para aumentar de 1 a produção) varia nos Estados Unidos de 0,3 na indústria de couro ou 0,5 na indústria têxtil até 4,6 nos transportes e 8,2 na construção.

Examinando o problema da formação interna de capitais, considera a teoria do *deficit financing* em que o investimento precede a poupança; no assunto, vale aliás lembrar que, antes da primeira guerra mundial, já no Brasil, PAULO DE FRONTIN respondia aos que o acusavam de querer duplicar as linhas da Central do Brasil na Serra do Mar, numa ocasião em que a estrada vivia em regime permanentemente deficitário, que era exatamente com o *deficit* que contava financiar a obra...

SIMONET discute ainda o problema de relação entre desenvolvimento e inflação (assunto difícil, sem dúvida, e facilmente explorável pelos políticos que querem gastar — ou dar a ganhar — sem incorrer na acusação de prodígios e perdulários); e passa finalmente ao exame da questão dos investimentos ou dos financiamentos internacionais. Ai apresenta fatos interessantes, sobretudo na comparação do período anterior à primeira guerra, quando a Inglaterra era o barco das nações, e o período mais recente, em que os Estados Unidos passaram a desempenhar êsse papel.

Como se vê, o livro aborda assuntos de grande importância; e se não os aborda todos com igual competência ou a mesma imparcialidade, não deixa, contudo, de estimular a reflexão do leitor, quer com êle concorde, quer o que é mais estimulante ainda — sinta.

os pontos fracos das teses apresentadas. — P. S.

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.
Censo Social dos Ferroviários.
Síntese dos Principais Aspectos. Rio de Janeiro, 1961.

Quaisquer realizações dentro da órbita da política social, tanto pública como privada, micrempre-sarial, chocam-se, entre nós, com as notórias deficiências da estatística social *sensu lato*.

Tais claros podem ser apenas preenchidos mediante pesquisas e inquéritos sociais, atinentes à análise das condições de trabalho e existência de determinados grupos da classe trabalhadora, estudos êsses cujo balanço não apresenta, por enquanto, salvo nos trabalhos do SENAI, resultados muito animadores. Contudo, como observa acertadamente a introdução da publicação aqui examinada, "nenhum programa terá possibilidade de êxito sem a rigorosa configuração da estrutura social da empresa e das condições de vida e atividade dos empregados".

Nessas condições, merece os maiores elogios o excelente trabalho de apuração e análise da primeira parte do Censo Social dos Ferroviários, levado a efeito em setembro de 1958, isto é, a relativa ao "levantamento das condições de vida e trabalho dos empregados", e a ser, ao que parece, futuramente completada pelas duas partes seguintes (II — Levantamento cadastral das unidades de serviço, e III — Serviços oferecidos pela Estrada).

*

Extensiva ao âmbito de 17 ferrovias que integram a Rede Ferroviária Federal, essa pesquisa destina-se, com efeito, à análise, ampla e aprofundada, da massa ponderável, e espalhada por vários recantos do território nacional, de 155 000 empregados, ou, incluindo-se seus dependentes, nada menos de 800 000 pessoas. Esclarece de modo extremamente vivo e interessante os principais aspectos de atividade e existência desse grupo, não somente numeroso, como também particularmente relevante sob o prisma econômico, uma vez que ocupado dentro do setor-chave de transportes nacionais, e, diga-se de passagem, nunca socialmente pesquisado. A publicação não se limita à mera apresentação dos elementos quantitativos, reunidos mediante essa operação censitária, mas, ao mesmo tempo, ataca a apreciação crítica, de modo geral, tecnicamente impecável, dos resultados do Censo. Abrange tôdas as facetas de vida funcional, individual e familiar dos ferroviários, merecedoras de tratamento preferencial. Se não inclui o exame de alguns aspectos isolados igualmente importantes, como sejam os relacionados com as condições de saúde dessa classe, é de esperar que êsses aspectos venham a ser elucidados dentro da III parte do Censo.

*

Vamos resumir e comentar de modo o mais sucinto possível as mais relevantes conclusões do Censo.

Não pode causar espécie a limitada parcela de empregados de sexo feminino (3,2%). Ao cou-

trário, merece a maior atenção o elevado grau de "envelhecimento" do pessoal a serviço de ferrovias: até 29 anos, apenas 22,1%, ao passo que acima de 50 anos nada menos de 16,3%; portanto, idade média igual a 38 anos. Isto deve refletir o ritmo lento, inexpressivo e, econômica e socialmente contraprodicente, de processos de reposição dos trabalhadores velhos pelos jovens. Quer-nos parecer que essa particularidade, prejudicial também sob o ângulo de absorção pelo setor de economia ferroviária dos crescentes contingentes de jovens trabalhadores, deverá ser pormenorizadamente estudada pelos órgãos competentes da RFFSA, não apenas quanto à sua causalidade, mas também — o que importa mais — no tocante à sua gradativa supressão, dentro de racional política de pessoal. O criterioso reexame desse problema deve, ao que nos parece, visar, simultaneamente, aos processos de recrutamento e às técnicas de seguro-velhice, de "estabilidade", assim como às demais soluções correlatas.

Quanto ao índice de alfabetização, situa-se em níveis ainda um tanto afastados do ideal, de 84,6%, e, no que diz respeito à escolaridade primária, em apenas 72,3%. Salta aos olhos, sobretudo, a proporção acentuadamente reduzida (3,1%) de empregados que passaram por cursos profissionais — aliás, provavelmente, nem sempre colocados dentro da órbita de treinamento ferroviário — o que, por sua vez, deveria justificar realizações muito mais dinâmicas da Rede Ferroviária no setor de formação profissional.

As indicações a respeito das condições salariais da massa pesquisada parecem evidenciar:

a) seus níveis médios incontestavelmente superiores aos rendimentos salariais dos industriários e comerciários,

b) sem que possam, todavia, justificar a opinião bastante comum a respeito dos padrões supostamente excessivos, generosos demais, que se costuma, com frequência, atribuir ao sistema de remuneração da classe ferroviária. A classe modal de salários fica situada, no conjunto da Rede, entre 4 000 e 5 999 cruzeiros (35,3% do total). A classe mais frequente de remuneração (= salário propriamente dito, acrescido de várias vantagens pecuniárias atribuídas pela empresa) foi a de 6 000 a 7 999 cruzeiros (32,5% do total), o que demonstra a relativa importância de várias modalidades de sobre-salário, concedidas pelas empresas ferroviárias.

Todos esses dados numéricos, aliás, fatalmente obsoletos, carecem, por si sós, de maior expressão, dado o permanente transtorno causado pela espiral inflacionária. Por conseguinte, apresentaria muito maior interesse que, nos futuros estudos dessa índole, as respectivas informações pudessem ser comparadas com os valores regionais e zonais, de salário mínimo, discriminando-se os grupos com rendimentos salariais iguais e superiores, e em que proporção, às taxas de salário mínimo em vigor no respectivo lugar de trabalho. Admitimos de antemão que tal confronto se reveste de certa complexidade técnica. Por outro

lado, tudo pareceria justificar o confronto dos respectivos dados com as indicações baseadas em informações das fontes previdenciárias (IAPFESP), que, a despeito de certas distorções peculiares desse ramo de estatística e de vários defeitos que apresentam no momento, poderiam, em tese, servir para atualizar os resultados censitários.

Não podem passar despercebidos graves desajustamentos na composição do pessoal, aliás judiciosamente observados pelos próprios analistas do Censo. Mais de três-quartas partes de empregados pesquisados ("trabalhadores", 28,5%; "artífices", 6,7%; "operários", 6,3%; "escriturários", 4,7%, e, enfim, a categoria residual, exageradamente ampla e não suficientemente discriminada, de "outros", 29,7%) estavam enquadrados no grupo de trabalho não-qualificado ou semiquualificado, de qualquer modo sem exercício de ocupações ferroviárias propriamente ditas. Se não nos enganamos, tal característica, allitiva sob o prisma do rendimento operacional desse setor de transportes, não encontra paralelos no estrangeiro. Acresce que a preponderância numérica dos referidos grupos pode ser, como se nos figura, interpretada como sintoma da existência de quadros excedentes e, como tudo nos leva a crer, em parte ociosos, de mão-de-obra, que não podem ser produtivamente aproveitados pela Rede Ferroviária. Evidentemente, tal impressão intuitiva deveria ainda ser corroborada por estudos de muito maior profundidade, com atenção dedicada aos serviços efetivos que tais grupos prestam às

respectivas empresas, tarefa essa que, evidentemente, escapa ao âmbito do Censo Social.

No que diz respeito à última atividade exercida, vale a pena salientar que 24,3% do grupo pesquisado deixavam as atividades agrícolas para ingressar no trabalho ferroviário, sendo que 16,3% declararam, como última atividade, a exercida na indústria e 14,6%, no comércio.

Declararam pertencer a organizações sindicais apenas 23 594 empregados (17,6% do total), o que se explica, porém, pela anterior situação administrativa em muitas das unidades de operação, enquadradas no âmbito do serviço público, segundo os esclarecimentos formulados pelo Serviço Social da RFFSA.

Não parecem, todavia, à primeira vista, compreensíveis as informações prestadas pelos empregados, segundo as quais 63,2% possuiriam "seguro individual ou em grupo". Será que se trata realmente de contratos de seguro privado e comercial, independente do seguro social? Francamente, não nos parece provável.

No exame das fontes de receita falta, por outro lado, qualquer referência aos benefícios pecuniários outorgados pela instituição previdenciária a que os empregados estavam filiados (CAPFESP). Uma vez que a pesquisa abrange unicamente os economicamente ativos, é óbvio que não pode evidenciar as prestações do seguro social a longo prazo (aposentadorias e pensões), concedidas pela referida instituição de Previdência Social; entretanto, não pode dei-

xar de surpreender a falta de qualquer alusão a diversos benefícios em espécie a curto prazo.

As interessantes indicações a respeito da receita dos ferroviários e de suas famílias não podem lançar muita luz sobre a situação dos orçamentos familiares dessa classe (*deficit* ou *superavit*) sem inclusão de quaisquer informações a respeito de seu corolário: a despesa. Não desconhecemos, de modo algum, as dificuldades quase intransponíveis que acarretaria a análise dos itens de despesa orçamentária dentro da operação censitária. Quer-nos parecer apenas que, para tal fim, poderia servir a distribuição entre um grupo de famílias ferroviárias, capaz de ser considerado como amostra representativa do conjunto, de cadernos orçamentários, a serem preenchidos em determinado período (por exemplo, seis meses), com prêmios distribuídos às unidades familiares que apresentassem dados mais completos e verídicos. Dada a elevada freqüência de empregados casados (80,8% do total — aliás, infelizmente, sem discriminação de casamentos civis, religiosos e “uniões” não legalizadas), tal estudo poderia elucidar o problema socialmente relevante de compensação dos encargos familiares, mesmo fora da discriminação, também merecedora de grande atenção, dos principais itens de consumo.

Não nos proporcionam maior revelação as indicações a respeito das condições de moradia da massa pesquisada — 35,0% com casa própria, 49,6% com moradia alugada, e 15,4% com residência em moradia gratuita — nem as infor-

mações correlatas que manifestam o forte subequipamento dos domicílios, quanto a água, esgoto e iluminação.

Por seu turno, não podem deixar de causar certa preocupação alguns dados relativos aos índices de alfabetização e escolaridade da numerosa massa de filhos (3,7 filhos, em média, por família, com o total impressionante de 375 572): 17,6% de crianças de 5 a 9 anos (17,6%) não sabiam ler e — o que apresenta gravidade incomparavelmente maior — 5 067 filhos (2%) estão incluídos no grupo dos que não freqüentavam escolas e não sabiam ler, com 10 e mais anos.

O Setor de Serviço Social teceu várias considerações interessantes, comparando os resultados do Censo Social Ferroviário com algumas indicações do Recenseamento de 1950, com a discriminação da população nacional apenas em rural e urbana. Ora, não podemos deixar de ressaltar vantagens incontestes que apresentaria, em futuras pesquisas desse gênero, o confronto das peculiaridades da massa ferroviária com as características

- a) das demais camadas socialmente dependentes de serviço de transportes ou, se não for possível alcançar tal objetivo, pelo menos
- b) dos industriários.

Parece-nos que — mesmo na falta de censos ou pesquisas sociais de índole congênere, levados a efeito, com a observação de critérios análogos aos adotados nessa operação, com relação às referidas duas categorias da classe trabalhadora — alguns dados da estatísti-

ca previdenciária poderiam ser aproveitados para fins de tal estudo comparativo, capaz de configurar de melhor modo possível vários traços marcantes, peculiares do estatuto social dos ferroviários.

Finalizando, desejamos tornar patente que muito poderia contribuir para a mais perfeita compreensão do Censo Social Ferroviário o conhecimento exato dos questionários e formulários, que decerto serviram de base para a sua execução, assim como de todos os pormenores relativos ao *modus operandi* técnico-administrativo, utilizado para tal fim pelo Setor de Serviço Social.

*

Seja como fôr, o Censo, bem orientado, devidamente apurado e apresentado, reveste-se de grande valor, não somente como oportuno ponto-de-partida para as futuras realizações sociais da Rêde Ferroviária, mas também como subsídio útil e proveitoso para os estudos dedicados ao objetivo esclarecimento do nosso panorama social, em geral. É um exemplo a ser imitado por tôdas as demais entidades de serviço social. — *Estantislav Fischlowitz.*

GERALDO BEZERRA DE MENEZES.
Contra o Comunismo. Coleção "Estréla do Mar". Rio de Janeiro, 1962.

Cabe assinalar o desassombro do autor, conhecido professor e jurista, ao censurar a "nefanda doutrina" nesses dias favoráveis aos adeptos de MARX, que, apoiados em altos postos ou escondidos em

alguns setores, se empenham numa campanha demolidora, com o fim de destruir os princípios cristãos e democráticos em que se firma o nosso sistema de vida. A atitude franca do autor se harmoniza perfeitamente com a sua condição de paladino da Igreja Católica.

Bom seria que todos os cristãos se compenstrassem de suas responsabilidades, nesta época conturbada que atravessamos, lembrando-se, inclusive, da advertência de I'ro XI — "o comunismo é uma guerra contra tudo que é divino" — e procurassem pôr a descoberto os seus erros e ardis.

O folheto do Professor BEZERRA DE MENEZES contém uma sùmula dos desacertos e sofismas da doutrina marxista, apontados por um acérrimo defensor da civilização cristã. "Magnífico! Raramente se encontra uma síntese tão feliz" — declara, a respeito, o Arcebispo Metropolitano de Niterói, D. ANTÔNIO DE ALMEIDA MORAIS JÚNIOR.

Também o General ADEMAR DE QUEIROZ louvou o "magnífico e oportuníssimo trabalho, que é uma contribuição preciosa sobretudo para o despertar de consciências entorpecidas e esclarecer os menos atentos contra essa ideologia maligna, inadequada para os brasileiros e cujos principais métodos de ação repousam na dissimulação, na mentira, na deslealdade e no cinismo".

É meritório o esforço do autor, desdobrando-se em atividades para manter vivas as nossas tradições de civismo. Aos poucos vamos enveredando por falsos caminhos, antipatrióticos, esquecendo-nos de outras nações que sacrificaram sua independência arrastadas pelo en-

gôdo da pregação comunista. O certo é que os países que entraram na órbita de Moscou comprometeram a própria liberdade, passando à humilhante condição de Repúblicas satélites.

Nesta ordem de idéias, são bem significativas as palavras do Desembargador CARLOS XAVIER: "no Brasil, seja qual fôr a crença, mister se faz a crítica ao soviétismo absorvente e destruidor. Sob êste prisma, a obra do Ministro GERALDO BEZERRA DE MENEZES é um trabalho eminentemente cívico".

Cumprе realçar, também, o empenho do autor em esclarecer os brasileiros contra qualquer espécie de totalitarismo, sempre absorvente e aniquilador dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Sômente um espírito consagrado aos temas filosóficos e sociais teria condições para sintetizar em tão poucas páginas um estudo de tal profundidade e lucidez. "O autor" -- afirma o sociólogo José ARTHUR RIOS -- "conseguiu condensar, de forma clara e arejada, o resultado de anos de leitura e reflexão sôbre o assunto". Esta referência é das mais expressivas que se podem fazer a um trabalho doutrinário.

Não cabe num simples registro o minucioso exame do nôvo estudo de GERALDO BEZERRA DE MENEZES. Mas, para que o leitor possa ter idéia do mérito de suas páginas, destaco o juízo autorizado do Professor ISMAEL COUTINHO: "Tudo no opúsculo é ótimo: o vigor dos argumentos, a clareza de exposição, o estilo lapidado. Pena é que nem todos possam conhecê-lo. Seria uma tarefa meritória divulgá-lo, por todos os meios, para

que, ao menos, uma grande parte dos nossos patricios ficassem vacinados contra a peste do Comunismo". — *Edmo Rodrigues Lutterbach.*

CHARLES FLORY. *Le Catholicisme Social devant la crise de civilisation.* Editions Chronique Sociale de France. Paris, 1960.

O autor não precisa ser apresentado. Todos aquêles que têm acompanhado o movimento social da Igreja nos últimos vinte anos ouviram muitas vêzes o nome de CHARLES FLORY, presidente durante quinze anos das famosas Semanas Sociais da França.

Foi justamente nesta qualidade que CHARLES FLORY pronunciou, de 1945 a 1959, a conferência inaugural das Semanas Sociais cuja finalidade é apresentar o tema aos congressistas, indicar os problemas principais relacionados com o tema central e sugerir o "espírito", por assim dizer, com que êsses problemas deviam ser tratados.

No livro que ora focalizamos foram reunidas as quinze lições do grande pensador católico nos anos do após-guerra, transcendentais para a estruturação social da nova França que surgia das ruínas. Os assuntos tratados são tão diversos como múltiplos eram os aspectos do problema que a França -- e o mundo -- deviam resolver: liberação da pessoa humana, a crise da civilização, valores da família, comunidade nacional, a crise do poder, a luta entre o econômico e o social, a modernização da lavoura e a crise agrícola, riqueza e miséria, as relações en-

tre o Ocidente e os povos de além-mar, problemas internacionais do subdesenvolvimento, as técnicas de propaganda ante a moral e a cultura...

Dando, porém, unidade a temas aparentemente tão desconexos, encontramos sempre a segurança na doutrina e um pensamento robusto apoiado nos princípios e nas tradições do movimento social católico, mas também aberto à conciliação e à síntese. Junta-se a isto um estilo sereno e claro e uma exposição simples e precisa.

Leuendo estas páginas luminosas, temos a sensação de estar assistindo à projeção do filme social, cultural e político dos quinze anos que vão de 1945, depois da libertação, quando se trata de reconstruir a França, até 1959, quando os anseios de paz universal e as exigências da justiça social nos chamam com urgência para a penosa tarefa da reconstrução do mundo.

Um belo livro de pensamento e de fé, impregnado de esperança e de caridade. — E. G.

GEORGE HOSTELET. *Le problème politique capital au Congo et en Afrique noire*. Institut de Sociologie Solvay. Université Libre. Bruxelles, 1959.

O autor deste livro é antigo diretor do famoso Instituto de Sociologia Solvay. A obra traz prefácio de A. Doucy, atual diretor do Instituto e *avant-propos* de JEAN GHILAIN, presidente do grupo de estudos de economia indígena. Logo de início, afirma-se, a título de informação: "Ce livre n'est pas un catechisme électo-

ral". E a seguir explica-se que se trata de obra mais de polémica que de análise científica, o que estaria fora dos planos rotineiros do Instituto, que é um excelente organismo de pesquisa científica no campo da sociologia. Mas, em face da conjuntura política, dos problemas graves da organização dos países que emergem do sistema colonial europeu, pareceu certo divulgá-la, permitindo o conhecimento dos ideais pertinentes de um homem que se vem dedicando ao estudo do tema e se constituiu, por sua experiência no vasto campo, um verdadeiro *expert*. É preciso saber-se de pronto, no entanto, que o pensamento do Professor HOSTELET se baseia no conceito de superioridade da cultura europeia sobre as culturas dos povos colonizados, ou possuídos pelos colonizadores, preferimos escrever.

Visou o autor a dar a conhecer "aos animadores dos movimentos de libertação de tutela estrangeira na África negra os enormes perigos com os quais se defronta a condução dumha democracia politicamente liberal e economicamente solidarista". Em seu entender, esses perigos podem ser verificados imediatamente pelo exame do que vem ocorrendo, há um século, na América do Sul, na América Central e em países da própria Europa, nesta última depois da guerra de 1914-18, experiência que não autorizou a democracia liberal, antes conduziu às ditaduras. Razões de ordem intelectual e de ordem moral, devem, para êle, ser creditadas para explicar o insucesso da experiência. As primeiras, encontradas na "funeste croyance qu'il suffit de décréter

une réforme sociale, si profonde soit-elle, pour être immédiatement réalisable, alors que cette réalisation est subordonnée à la réalisation de nombreuses conditions psychologiques et matérielles”.

As segundas, no fato de que “les réformateurs, hormis de rares exceptions, sacrifient le bien public à leurs intérêts personnels, à l’ambition, à la gloire et à la richesse”.

Não podemos discordar da tese do Professor HOSTELET quando parte dessas premissas para tentar a compreensão do que tem sido a dolorosa farsa das democracias na América ibérica. Toda uma literatura sobre ela se escreveu, pon-do a a nu e indicando meios de vencer para a realização perfeita do regime que os próceres da independência, em princípios do século XIX, buscaram na lição livresca dos enciclopedistas, dos pensadores britânicos e no admirável surto de progresso, de ordem e de criação que marcava as antigas colônias que se teriam transformado nos Estados Unidos da América do Norte. Literatura amarga, sociologia pessimista, denominou-a AUGUSTO MIJARES, que identificou as “taras” da democracia ibero-americana, apontou as “enfermidades” reinantes, os aspectos patológicos que a caracterizaram, a caudilhagem dos doutores e dos militares saídos dos quartéis e das universidades; essa sociologia, porém, não tem sido suficientemente esclarecedora para modificar o *status* reinante, a mentalidade das *élites* e das multidões, que mergulham na desordem e aplaudem os militares e civis que as coman-

dam para servir aos próprios interesses.

A lição ibero-americana, a que o Professor HOSTELET passa revista, aliás sem muitos detalhes, que lhe serviriam mais vigorosamente para fundamentar as suas conclusões, resulta numa lição severa. Poderá, no entanto, ser utilizada como advertência aos que promovem a organização dos novos Estados africanos? As *élites* que nestes se teriam formado não seriam *élites* do mesmo tipo das que têm mantido em suas mãos o mundo hispano-americano, ou talvez inferiores a elas e, portanto, com menores qualidades para a realização da paz interna, do equilíbrio, do progresso espiritual e material dos povos que acabam de libertar-se de uma situação de inferioridade política?

O exercício da democracia, no pensamento do Professor HOSTELET, exige a existência de quadros capazes, de formação que impossibilite o desvio para os regimes fortes, de excessos. Os homens que tiverem de exercê-la não se devem deixar possuir de sentimentos que não sejam os do bem coletivo, da desambição, servidos êles, portanto, de uma educação cívica, de um espírito de tolerância e de um respeito religioso pela opinião pública que lhes permita realizar sem as preocupações personalistas.

O livro, como é natural, defende a tese de que os países subdesenvolvidos não apresentam as condições para as práticas democráticas, correndo, por isso, o grande perigo de se ver caudatários dos regimes de esquerda, ou de caírem sob o peso de novas forças colonialistas, representados pela

ajuda financeira de nações poderosas, que defendem a autodeterminação dos povos, mas sustentam a conveniência de se lhes abrirem os mercados, através dos quais se impõem, substituindo as nações que perderam o domínio colonial. Esses países subdesenvolvidos, no caso os da África negra, não dispõem daquelas *élites* capazes de evitar tais perigos, fazendo funcionar a democracia sem limitações prejudiciais à sua própria essência.

Na seqüência de seu raciocínio, o autor, na primeira seção da primeira parte, estuda o "perigo catastrófico em nossa época de não ver o que deveria ser visto"; na segunda, a organização dos Estados modernos em regime democrático; na terceira, o resultado do funcionamento dos Estados democráticos e o desenvolvimento conseqüente. Na segunda parte, examina as reformas intelectuais e morais dos cidadãos das democracias liberais e sociais, indispensáveis ao bom funcionamento delas. Nas conclusões, passa revista à extrema complexidade da condução dos negócios públicos nas democracias modernas. Indaga se é possível esperar-se que sejam executadas as lições das múltiplas experiências das democracias liberais e sociais pelos dirigentes dos movimentos da independência nos países da África negra. Por fim, relaciona, com muito carinho e certo entusiasmo, os exemplos de fidelidade do governo belga ao programa que se traçou para a organização definitiva da independência do Congo, aí incluídas as reformas políticas, as jurídicas e as econômicas e sociais e a questão capi-

tal das individualidades de *élite* para a direção dos negócios públicos.

Não discutimos as intenções e o raciocínio lógico do autor, e nem de leve deles duvidamos. Talvez os pudéssemos considerar meio ingênuos, em face da grosseira realidade do mundo que vivemos. O que não é possível aceitar, todavia, é a solução proposta de que sem a participação dos brancos não será possível o exercício da liberdade e da independência política, dados os perigos a que se vê exposta a África na decomposição do sistema colonialista até bem pouco dominante em toda ela. Solução unilateral, parece-nos, talvez fosse melhor dizer capenga. Porque se é certo que a presença dos brancos é interessante, desde que não se mostrem fiéis aos propósitos de continuar mandando, na colaboração que possam e devam prestar, para a manutenção dos altos padrões de cultura ocidental que introduziram no Continente negro, o que ninguém de boa-fé pode constatar sem mentir escandalosamente, também é certo que à experiência que está começando não se devem criar obstáculos, negando-a, desconfiando dela, entrando-a porque seus executores não são brancos. Em nenhum momento da história as nações se elaboraram, realizando-se efetivamente, sem viver as horas difíceis, os obstáculos que pareciam invencíveis nos primeiros dias. A educação não se adquire sem a vivência continuada. Nem a civilização se conquista sem o dispêndio de muito capital, de muito trabalho, de muita energia cívica, que não é característica ou monopólio de po-

vos em função do pigmento que os distingue. — *A. C. F. R.*

PAUL CHOMBART DE LAUWE. *Famille et habitation*. Vol. I. *Sciences humaines et conceptions de l'habitation*. Centre National de la Recherche Scientifique. Paris, 1959.

Na arquitetura funcional, cada elemento que se exterioriza responde a uma utilidade interna. A preocupação estética não pode mais ser colocada em contradição com uma necessidade técnica. As formas devem exprimir funções determinadas pelas necessidades dos homens. A habitação moderna é feita antes de mais nada para um tipo de família, e não para uma família determinada.

Os arquitetos estabelecem seus planos tendo em vista responder às necessidades. Cada parte da casa, assim planejada, deve ter a sua função. Neste ponto surge a pergunta: a que necessidades corresponderão essas funções? Se forem definidas apenas no *atelier* do arquiteto e no escritório dos administradores, correrão grandes riscos de não corresponder às necessidades reais das famílias. O trabalho dos pesquisadores em ciências humanas deve consistir justamente em colaboração com o dos arquitetos, os administradores e o serviço social, na análise das necessidades em toda a sua complexidade e variedade, para que a habitação se possa adaptar às famílias, em vez de se impor a elas.

Em resumo, é este o assunto de que trata o livro. Em suas análises, começa por examinar o problema e a situação atual da fami-

lia. Passa, a seguir, à formulação dos conceitos, tais como os de função, funcional e necessidade, dando, depois disso, a perfeita noção do campo de trabalho de sociólogos, economistas, psicólogos e assistentes sociais junto aos arquitetos, e junto aos trabalhos de planejamento urbano e construção de habitações populares.

Diz-nos o autor que a crise da habitação se deve, na verdade, aos seguintes problemas: aparecimento de novas necessidades que a sociedade é incapaz de satisfazer; modificação da escala de valores; nascimento de novas aspirações, ligadas à transformação das estruturas.

Para que se possa compreender os problemas da habitação e da família, é necessário proceder por etapas. Em primeiro lugar, elaborar um quadro da sociedade atual e da sociedade de amanhã. A seguir, estudar os mecanismos de degradação das habitações, as diversas experiências recentes e a desintegração das estruturas familiares antigas, paralelamente ao surgimento das aspirações das novas estruturas. Além disso, examinar os problemas de comportamento dos moradores de habitações defeituosas, por comparação com a situação favorável das casas em boas condições.

O livro apresenta diversas ilustrações, tabelas, gráficos, além de citações bibliográficas extensas, atualizadas e especializadas, ao fim de cada capítulo. Daremos a seguir, sucintamente, o conteúdo dos oito capítulos que o compõem.

1. A casa e a família em diversas civilizações — Exame das relações existentes entre a família e

a habitação, primeiro em relação ao meio geográfico e às técnicas económicas; segundo, por uma análise feita do ponto de vista simbólico, na qual são examinadas as relações entre a habitação e o pensamento religioso ou filosófico da sociedade.

2. Habitação e família nas sociedades industriais — A transformação das habitações nos países industriais apresenta-se ligada à evolução técnica e ao problema da concentração demográfica em meio urbano. Neste capítulo encontramos uma análise das estruturas familiares e das relações entre família e sociedade, feitas através do bairro e das relações de vizinhança. De um lado, a habitação na vida social é estudada mediante a estimativa das necessidades gerais; de outro, esse estudo da vida social na habitação é feito levando-se em consideração as necessidades das famílias e da vizinhança.

3. Habitação e orçamentos familiares — Na atual economia, a família ocupa um novo papel: não é mais produtora, mas, sim, um grupo de consumidores reunidos num mesmo lar. Embora o nível de vida médio aumente, observa-se que a habitação continua a pesar sobre os orçamentos. O capítulo fornece um exame do papel e das possibilidades dos grupos familiares na economia de diversos países.

4. Degradação da habitação e suas conseqüências — Em função das transformações da vida social no meio urbano, a vida das famílias, quando a habitação não dá uma compensação às fadigas nervosas ligadas à vida no meio in-

dustrial, torna-se bastante penosa. Além disso, a habitação deficiente exerce ação profunda sobre os comportamentos das famílias e suas estruturas. Partindo do estudo dos problemas colocados por essa verificação, pode-se determinar os programas que visam a contornar dificuldades, selecionar materiais adequados, etc.

5. Arquitetura funcional, nascimento e desenvolvimento depois do século XVII — A análise daquilo que os homens esperam da arquitetura e de suas casas nos revela suas atitudes em relação ao fato de habitar. O capítulo examina as habitações características dos séculos XVII e XVIII. Examina ainda a noção de função, de grande importância na arquitetura funcional, sua evolução, e as formas de que se reveste atualmente esta noção.

6. Arquitetura funcional: período industrial. Encontramos nesta parte um exame do período contemporâneo, com a distinção entre as noções de função e funcional. Vemos que o primado da função sobre a forma é promovido à dignidade de doutrina estética. A habitação funcional convida à utilização do espaço de certa maneira. No funcionalismo há, pois, uma procura de eficiência. O capítulo analisa ainda a nova situação da arquitetura, como um problema tanto de integração como social, já que a arquitetura sob encomenda foi substituída por uma arquitetura planejada, que visa a resolver os problemas de habitação que ameaçam a integridade e a vitalidade de uma sociedade.

7. Tendências atuais dos arquitetos: problemas gerais e alo-

jamento familiar — Os arquitetos encaram de diferentes maneiras a satisfação das necessidades e a preocupação pela integração. Perguntou-se a dez arquitetos franceses quais eram suas preocupações em relação ao alojamento, na conjuntura atual. O questionário compreendia doze perguntas limitadas ao problema das relações entre alojamento e estrutura familiar.

8. Tendências atuais dos arquitetos: o arquiteto e a liberdade das famílias — Como se vê pelo título, o tema aqui é o importante problema da liberdade das famílias. O capítulo termina com a transcrição de uma declaração de LE CORBUSIER, no qual diversos outros arquitetos freqüentemente se inspiram.

O livro, como o próprio autor declara na conclusão, cobre apenas um setor limitado do problema geral da liberação dos homens. Este setor limitado constitui, porém, um ponto-de-partida, no qual o autor lança bases certas, seguras e completas, mediante o exame do binômio família e habitação.

A leitura de um livro que trata com tal seriedade de um problema como o habitacional, equacionando-o em termos não apenas estéticos, mas também científicos, mediante a utilização das ciências humanas, coloca-nos diante da imensidão do campo de aplicação aberto à economia, à sociologia e à psicologia, que, vistas sob esse prisma, abrem novos horizontes à arquitetura funcional. É verdade que os problemas tratados são problemas eminentemente europeus, decorrentes de uma estrutura social e econômica diferente da

nossa. Não poderíamos, por exemplo, submeter a nossos arquitetos um questionário idêntico ao apresentado no fim do livro, já que, para nós, não se colocam soluções tais como habitações coletivas, cozinha, família, etc. Isso, contudo, não limita o livro, nem a sua possibilidade de utilização em outros contextos, em virtude, principalmente, do exame detalhado que nos fornece de conceitos como função, necessidade, utilidade, desajustamento social e delinqüência, decorrentes de mau alojamento, vizinhança, etc.

Em suma, livro excelente e bem cuidado, que merece ser lido por todos os interessados em ciências humanas e difundido entre nossos arquitetos e técnicos em planejamento, para que passem a equacionar nossos problemas de habitação popular em função de levantamentos científicos das verdadeiras necessidades a que estas habitações devem corresponder, e não apenas em obediência a certos princípios estéticos e à limitação das verbas oficiais. - - Ana Judite de Carvalho.

MARGARET JUST BUTCHER. *O negro na cultura americana*. Tradução de COSTA GALVÃO. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1962.

A idéia original deste livro partiu de ALAIN LOCKE, que tanto interesse tinha pela arte e pela cultura do negro. Não podendo, porém, concluir uma obra a respeito, LOCKE entregou todo o material que já coletara a MARGARET BUTCHER, que, a seu pedido, terminou o trabalho após sua morte.

De maneira geral, o livro procura demonstrar as contribuições do negro nos diversos setores artísticos, tentando depois interpretar sua influência e suas relações com a cultura norte-americana como um todo. Do problema abolição *versus* escravidão, mostra-nos a autora a passagem ao dilema entre discriminação e birracismo, *versus* nacionalismo igualitário. Atualmente, o tema seria segregação e separatismo cultural *versus* integração e democracia cultural. O livro analisa a medida em que tais binômios interferem e se refletem na base moral e ideológica da literatura e da arte norte-americanas. Surge assim a necessidade de se estudar o papel do negro, não como o de uma minoria isolada, mas, sim, em integração com o restante da população, examinando-se tanto o impacto desta, como as influências que a referida minoria pode ter exercido sobre a população branca, com a qual se manteve em interrelação.

Partindo da análise da história do negro como influência artística e de suas contribuições folclóricas no seio da cultura norte-americana, nota a autora que a expressão negra, quando lisa e de acôrdo com o gosto da maioria, é logo aceita, tornando-se popular sob uma forma vulgarizada e estereotipada. Quando mais profunda e, por conseguinte, mais representativa, é recebida com apatia e indiferença, só conseguindo ser aceita depois de prolongada luta.

Na música, na dança e no teatro, dada a sua enorme facilidade de expressão, o negro se situa em pé de igualdade com o branco. Já

em outros setores, como literatura, crítica literária e artística, artes plásticas, suas oportunidades são limitadas.

O efeito do preconceito desenvolveu a solidariedade grupal do negro, preservando assim seus valores folclóricos e característicos e intensificando suas modalidades de expressão tradicionais. Quanto mais se acentua o aspecto cultural e não o sociológico do negro, mais aparece a excelência das suas produções populares. Os negros possuem o patrimônio das canções folclóricas religiosas e seculares, assim como o das danças. Em sua pureza original, Tio Remo e os *spirituals* atestam a alta qualidade das produções. Todavia, o folclorismo real das produções originais foi, em grande parte, prejudicado pelas interpolações sentimentais feitas por todos aqueles que escreviam sobre os negros, ou que se dedicavam a estudá-los.

Analisando as formas musicais negras, a autora distingue o idioma musical característico de seis zonas, dando a explicação dos principais temas populares que as ilustram. Esta parte de reconhecimento formal e de reconstrução da música e da dança negras é bastante completa, apresentando grande variedade de material ilustrativo, canções, quadras, etc. A partir do esquema apresentado, vemos, por exemplo, toda a evolução da música negra, onde os *spirituals*, os cantos profanos e os *blues* originais foram os precursores da música que surgiu mais tarde, o *ragtime*, o *blues* musical, e o *jazz*, tanto popular como clássico. A autora cita, ainda, os principais compositores, suas obras, os

principais cantores e empresários, os primeiros e mais importantes espetáculos montados.

Na parte destinada ao exame da poesia negra formal, encontramos a citação cronológica de todos os poetas, seus livros, temas e influências. Chega-se, assim, até o papel do negro na moderna ficção americana, com a descrição de todos os escritores que utilizaram o tipo negro em suas obras, desde 1922, até ERSKINE CALDWELL, WILLIAM FAULKNER e CARSON MACCULLERS.

Toda a dramaturgia produzida pelos negros e a eles referente, desenvolve-se e amadureceu em proporção ao desenvolvimento e amadurecimento da dramaturgia norte-americana em geral.

No campo da escultura e da pintura, das artes plásticas em geral, tendo que efetuar um novo começo, o artista negro ainda não conseguiu conquistar seus talentos ancestrais, nem recobrar suas antigas habilidades.

Nos dois últimos capítulos, a autora examina o problema da segregação e toda a legislação a ela referente, as migrações internas dos negros, e a sua identificação ao sul, onde mais se fez sentir o seu impacto artístico.

Em suma, *O negro na cultura americana* é um livro extremamente completo e minucioso, o que, por isso mesmo, o torna, em determinados momentos, de maior interesse para os curiosos quanto às manifestações artísticas dos negros — música, poesia, dança — do que propriamente para os estudiosos de antropologia e sociologia, se bem que certos capítulos

se dediquem mais à análise do que à descrição exaustiva e cronológica de todas as manifestações artísticas: autores, obras, espetáculos.

Quanto aos trechos apresentados, achamos errada a idéia de traduzi-los. Um texto folclórico, quando traduzido, raramente ou nunca, como no caso, consegue transmittir o seu espírito original: torna-se sem sentido, e mesmo ridículo. O fato de ser o livro traduzido, não justifica totalmente a apresentação dos *spirituals* e das poesias em tradução, sobretudo por ser a língua inglesa já suficientemente difundida entre nós. O lógico seria a apresentação simultânea dos dois textos, o traduzido e o original, sem que este fosse colocado em apêndice, obrigando o leitor a recorrer freqüentemente ao final do livro, dada a insuficiência flagrante das traduções.

Examinando o papel do negro durante a escravidão, a autora menciona a dificuldade existente em julgar os indivíduos pelos seus próprios méritos, dizendo ser isso mais fácil para os de tradição latina, que conseguem fazer tal julgamento pelo mérito, e não em obediência a certas categorias e estereótipos. A afirmação explica sua idéia em relação ao preconceito, mas não a justifica. Sobretudo porque, como exemplo da tradição latino-americana de aceitação do indivíduo pelo seu mérito, a autora cita MACHADO DE ASSIS e MÁRIO DE ANDRADE, o primeiro como fundador do realismo, o que é evidentemente errado, e o segundo como o mais importante romancista brasileiro contemporâneo, o

que demonstra um desconhecimento flagrante de nossos valores literários.

Quanto à intenção do livro, achamos bem curiosa a maneira pela qual, em determinada passagem, a autora a coloca: documentar as consideráveis, *mas pouco* conhecidas, contribuições do negro para as artes e as letras, demonstrando a existência de provas evidentes da sua influência na cultura norte-americana, embora *poucos as observem*. O livro, contudo, não possui nada de original. Sua

importância decorre muito mais do fato de apresentar uma documentação minuciosa, do que da tese defendida sobre a influência do negro na cultura norte-americana, a qual constitui um ponto pacífico. Quanto ao fato de poucos observarem esta influência, sem dúvida tal colocação elucidada mais uma vez o grande dilema norte-americano, o choque entre ideologias e tradições incompatíveis — por um lado, escravidão e casta, por outro, democracia coerente e liberdade —
A. J. C.

OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Além dos livros comentados nesta seção, foram também recebidos os que figuram na relação abaixo. Ao assinalá-los à criteriosa atenção dos nossos leitores, apresentamos aos autores e editores os melhores agradecimentos da redação da revista, pela gentileza da remessa.

Economia e Administração

CAMPBELL R. McCONNELL. *Elementary Economics: principles, problems and policies*. McGraw-Hill Book Company, Inc. Nova York, 1960. 759 págs.

WILLIAM R. ALLEN e CLARK LEE ALLEN. *Foreign trade and finance*. The Mac Millan Company. Nova York, 1959. 500 págs.

DORIVAL TEIXEIRA VIEIRA. *O desenvolvimento econômico do Brasil e a inflação*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1962. 144 págs.

DWIGHT WALDO. *Estudio de la administración pública*. Aguilar. Madrid, 1961. 143 págs.

JACY MONTENEGRO MAGALHÃES. *Produtividade — Aspecto patronal*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1962. 52 págs.

ROBERT N. DANNEMANN. *Trabalho do menor aprendiz e sua formação profissional metódica*. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Rio de Janeiro, 1962. 39 págs.

YVES LACOSTE. *Os países subdesenvolvidos*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1961. 134 págs.

Sociologia e Política

CHARLES O. PORTER e ROBERT J. ALEXANDER. *The struggle for democracy in Latin America*.

LIVROS E REVISTAS

- The MacMillan Company. Nova York, 1961. 215 págs.
- ALEXIS DE TOCQUEVILLE. *A democracia na América*. Editôra Itatiaia Limitada. Belo Horizonte, 1962. 620 págs.
- FAUSTO BRADESCO. *O recatamento econômico com a União Soviética*. Rio de Janeiro, 1962. 95 págs.
- THEOTONIO NEGRÃO. *Dicionário da legislação federal*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1961. 1504 págs.
- UNESCO. *La urbanización en América Latina*. Bélgica, 1962. 340 págs.
- WILL HERBERG. *Protestantes, católicos e judeus*. Editôra Itatiaia Limitada. Belo Horizonte, 1962. 297 págs.
- CHRISTOPHER MAYHEW. *Coexistence Plus. A positive approach to world peace*. The Bodley Head. Londres, 1962. 57 págs.
- FRANCIS SEFESTED. *Journal de Moscou*. Ampersand. Londres. 1961. 149 págs.
- FAUSTO BRADESCO. *Neutralismo e Sobrevivência*. Frente de libertação. São Paulo, 101 págs.
- ALAIN BIROU OP. *Sociologia e Religião*. Trad. de José Aleixo Dellagnelo. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1962. 218 págs.

Geografia Humana e Antropologia

- GOTTFRIED - KARL KINDERMANN. *Kulturen im Umbruch*. Rombach & Co. Freiburg im Breisgau, 1962. 422 págs.
- MAX DERRUAU. *Précis de Géographie Humaine*. Librairie Armand Colin. Paris, 1961. 572 págs.
- BERNARD J. SIEGEL, Ed. *Biennial Review of Anthropology 1961*. Stanford University Press. Califórnia, 1962. 338 págs.